

Daiane da Silva Delevati (UFSM)

Resumo

Este trabalho visa a discutir o funcionamento das nomeações e descrições que dão forma à imagem do sujeito “gaúcho” presente em três dicionários. Além disso, buscamos elementos nos prefácios desses dicionários que, juntamente com os verbetes, nos possibilitam refletir sobre a instituição/constituição do sujeito gaúcho enquanto sujeito que representa o regional, o local, mas que também representa o geral, o nacional. Para tanto, nos apoiamos na Análise de Discurso de Linha Francesa (AD) e na História das Idéias Linguísticas, tais como essas vêm sendo desenvolvidas no Brasil, por meio de seus filiados.

Palavras-chave: discurso, sujeito, dicionário, prefácio, descrição, nomeação.

Abstract

This work intends to discuss the names and describes' operation that form the “gaúcho” subject's image presented in three dictionaries. Besides, we find elements on their preface that, together the entries, possibility we reflect about the institution/constitution of 'gaúcho' subject, as a subject that represents the regional, the local, but also that represents the general, the national. For this, we lean us on French Discourse' Analysis (DA) and on Linguistics Ideas' History, as how they are developed in Brazil, by their joiners.

Key words: discourse, subject, dictionary, preface, description, nomination.

Considerações iniciais

Este trabalho constitui-se de análises preliminares obtidas a partir do desenvolvimento do projeto de pesquisa intitulado “*Língua, sujeito e história: o gaúcho no processo de dicionarização da Língua Portuguesa no/do Brasil*”¹. O que propomos é discutir o funcionamento das nomeações e descrições que dão forma à imagem do sujeito “gaúcho” nos seguintes dicionários: *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, 1975; *Minidicionário de Língua Portuguesa*, de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, 1975 e o *Vocabulário Sul-Rio-Grandense*, organizado pela editora Globo, 1964. Além disso, voltamo-nos aos prefácios desses dicionários a fim de buscar elementos que, juntamente com os verbetes, nos possibilitem refletir sobre a

¹ Projeto Orientado pela PROF^a.DR^a. Verli Petri (Financiamento: PIBIC/CNPq-UFSM)

instituição/constituição do sujeito gaúcho no dicionário enquanto sujeito que representa o regional, o local, mas que também representa o geral, o nacional.

Nosso ponto de partida leva em conta reflexões propostas por Petri (2008, p.13-23), que estabelece relações entre a Literatura Brasileira e a Literatura Sul-rio-grandense, sugerindo “o diferente no interior do mesmo”. Ou seja, a Literatura regional enquanto constitutiva da nacional. Assim, também, se dão as relações entre os dicionários citados, haja vista que o *Vocabulário Sul-Rio-Grandense* é constitutivo dos dois primeiros dicionários, que são de Língua Portuguesa. Ocorre que o gaúcho também é brasileiro e sua língua é a Língua Portuguesa. E essa língua – a do gaúcho –, tem, por sua, vez suas especificidades, pois se relaciona com outra história, que não é a paulista, nem a cearense, mas com uma história que é gaúcha: relaciona-se, em primeira instância, com o outro, que é gaúcho, que é platino; num segundo momento, relaciona-se com o que é brasileiro, esse outro que é o mineiro, o carioca, etc.

Considerações teóricas: sobre discurso, sujeito e dicionário

Nosso trabalho tem como aporte teórico a Análise de Discurso de Linha Francesa (AD), fundada por Michel Pêcheux, e a História das Ideias Linguísticas, representada por Sylvain Auroux, tal como essas vêm sendo desenvolvidas no Brasil, atualmente, por meio de seus filiados. Entre eles, tomamos como referência Eni Orlandi e José Horta Nunes.

O presente artigo divide-se nas seguintes etapas: primeiramente, destacamos algumas noções teóricas importantes ao trabalho, mais especificamente as noções de sujeito, dicionário, descrição e nomeação; em seguida, apresentamos os recortes do corpus e, finalmente, discutimos as relações que se dão entre as noções abordadas e o material de análise.

Na concepção teórica à qual nos filiamos, certos conceitos estão tão interligados - porque um é parte constituinte do outro - não havendo como abordar um sem trazer outro à tona. Por isso, ao nos propormos a apresentar a noção de sujeito, entre outras que sustentam esse trabalho, é imprescindível dizer antes, mesmo que rapidamente, que o “discurso é o lugar em que se pode observar essa relação entre língua e ideologia, compreendendo-se como a língua produz sentidos por /para os sujeitos” (Orlandi, 2007, p. 17). Nesse caso, as especificidades do discurso nos dicionários fazem do objeto de análise um objeto discursivo, que produz sentidos em/por/para os sujeitos falantes da

língua. E o discurso não existe sem sujeito; um sujeito que significa, para a AD, em condições determinadas “de um lado pela língua e, de outro, pelo mundo, pela sua experiência, por fatos que reclamam sentidos, e também da sua memória discursiva, por um saber/poder/ dever dizer [...]. Sujeito à falha, ao jogo, ao acaso e também à regra, ao saber, à necessidade. Assim, o homem se significa” (idem, p.53). Então, dizemos - olhando para o instrumento lingüístico -, que também o dicionário se significa dessa forma, porque também está condicionado pela história, pela ideologia, pelo saber/poder/dizer.

Há coisas que podem ser ditas, outras que devem ser ditas - a ‘necessidade’. Há coisas que não podem e/ou não devem ser ditas, e não serão. Mas há a falha, há erro, há equívoco também. E, então, ‘aquilo’ que não poderia ser dito, de repente escapa, desliza, constituindo sentidos outros que não o esperado. E o sujeito, acreditando na ilusão de conter os sentidos do seu dizer, passa a revelar, de modo naturalizado, às vezes sem perceber (pois nem tudo é da ordem da consciência), sua face, sua história, sua ideologia. E o dicionário, esse espaço de interlocução ‘que guarda o certo’, revela, assim, sujeitos e sentidos tomados pela incompletude, pelo inconsciente, pela história, pela ideologia.

A regra sujeita às falhas, aos equívocos, resiste, subsiste ao litígio, constituindo-se nesse “confronto do mundo e da linguagem” que se dá também no discurso dicionarístico, justamente porque “o sujeito lexicógrafo se constitui nessa dupla determinação de um desejo lingüístico e de uma injunção histórica” (Nunes, 2006, p.21). Ou seja, o sujeito lexicógrafo é um sujeito dividido entre o tanto que conhece uma língua, que conhece a história dessa língua e o tanto que está condicionado pela sua história, pela ideologia, pela incompletude constitutiva de todo falante da língua. Por sujeitos falantes da língua, entendemos, a partir do que afirma Guimarães (2003, p. 22), que são as “pessoas enquanto determinadas pelas línguas que falam”. São, pois, “sujeitos da língua enquanto constituídos por este espaço de línguas e falantes”, que ele chama de “espaço de enunciação”. Esse espaço revela o que pode e deve ser dito, porque é o sujeito falante uma “figura política constituída pelos espaços de enunciação” (p.23). E o discurso não fica alheio a tudo isso, mas é justamente o lugar onde se revelam, de forma mais ou menos explícita, o sujeito, a história, a ideologia, os outros discursos já ditos, os discursos não ditos, silenciados, apagados. Isso porque “é no corpo a corpo com a linguagem que o sujeito se diz” (Orlandi, 2007, p. 53-54) e, ao se dizer, diz de sua história, de sua ideologia.

Segundo Aurox (1992, p. 65), o dicionário, material que tomamos para análise, é uma das tecnologias - a outra é a gramática - responsáveis pelo processo denominado Gramatização, que consiste em descrever e instrumentar uma língua. Essa tecnologia é antiga, pois tem sua origem na listagem de palavras, uma técnica que funcionava como “equipamento intelectual” desde as sociedades orais, sem escrita. (Aurox 2008, p. 16). A listagem de palavras consiste em uma forma de texto fragmentado, e sua leitura pode-se dar de forma aleatória de modo que uma parte do texto não interfira na outra. Tal característica é mantida no dicionário:

[...] trata-se de um texto descontínuo, sob a forma de “papel” clássica, não é feito para ser lido da primeira a última página, seguindo-se um plano, mas por “fragmentos”. A ordem de leitura dos fragmentos é aleatória (fica à escolha dos leitores), não depende da ordem de impressão sobre a sucessão de páginas, contrariamente a um romance ou um tratado científico. Se se refere a esta propriedade, pode-se falar da “multidimensionalidade” essencial do texto dos dicionários. (Aurox, 2008, p. 10)

É o dicionário, pois, na perspectiva discursivista, um saber lingüístico que resulta de uma história inscrita em um tempo e um espaço e, mesmo que forneça uma ilusão de estabilidade, ele carrega em seus verbetes, em seu prefácio, uma “imagem da sociedade, imagem construída, parcial, que produz identificações e silenciamentos” (Nunes, 2006, p.16). Por isso, continua o autor, “um dicionário nunca é completo e nem reflete diretamente a realidade, pois ele corresponde a uma projeção imaginária do real: de um público leitor, de uma concepção de língua e de sociedade (p.20).” Vejamos como isso aparece representado no prefácio de um desses dicionários:

“Claro que não vai se esperar, num dicionário de bolso, uma grande batelada de palavras; não caberiam no bolso [...] É o bastante para a natureza e destino da obra.”
A.B.de H.F. (No prefácio do Minidicionário de Língua Portuguesa (Aurélio), edição de 1977.)

O que não está dito no fragmento acima pelo lexicógrafo acaba por se dizer no discurso, porque o discurso, assim como as palavras e os sujeitos, têm uma história. Sabemos que esse dicionário, dito de bolso, é resultado de um período de expansão da rede escolar no Brasil, e que seu destino é a escola. Desse modo, o que o dicionarista acaba por dizer no não dito, no silêncio (porque ele não explicita o destino da obra) é que a escola dotada de um “imaginário” próprio precisa ensinar e fazer circular um mínimo de vocabulário, uma quantia que caiba nos bolsos. Temos nesse excerto um imaginário

de leitor que, conforme verificou José Horta Nunes (2003) ao analisar um dicionário de “porte médio” (publicado em 1953, pela Ed. Globo), remete à imagem de um leitor popular:

[...] os leitores compreendem aí um sujeito coletivo (“popular”, “grande público”). Este conjunto se distingue dos “leitores especialistas e inclui um série de segmentos sociais, especialmente os “estudantes do curso secundário” e os “homens de trabalho”. Trabalhadores e estudantes compõem assim um conjunto de leitores identificados à visão do dicionário popular. Dizer “popular” e nesse contexto significa também dizer não clássico (ou erudito) e não especializado (ou científico).

Ou seja, há um procedimento de escolha (in)consciente que envolve os processos de condições de produção do dicionário e o fim previsto para ele. Há, pois, ideologias presentes, constitutivas, às quais o dicionário não escapa. Desse modo, uma leitura crítica do dicionário “implica em escutar no seu dizer os seus silêncios, entendidos seja como possibilidades de significação seja como interdição de sentidos” (Nunes, p18-19). Esse silêncio não significa simplesmente a ausência de palavras, mas sim o resultado de ‘escolhas’ que determinam que seja dito ‘x’ em detrimento de ‘y’; um silêncio que não é sinônimo de inexistência das coisas, dos saberes, de história, mas um silêncio que significa - histórica e ideologicamente - e está presente em todo discurso; um silêncio que está presente no texto dicionarístico. Nesse trabalho de “escuta” consideramos fundamental observarmos o que dizem as nomeações e as descrições presentes nos dicionários.

Sobre o funcionamento da nomeação e da descrição no texto dicionarístico

A nomeação “é o funcionamento semântico pelo qual algo recebe um nome”. Desse modo, Guimarães (2003, p.21) a concebe ao analisar o funcionamento dos nomes no espaço urbano. Para ele, “dar nome a algo é dar-lhe existência histórica”, pois “a designação de um nome é sua significação enquanto uma relação deste nome com outros e com o mundo recortado historicamente pelo nome [...] não é algo abstrato, mas linguístico e histórico”. Dessa forma, nomear o sujeito gaúcho de “*Rio-grandense-do-sul*”² (Minidicionário de Língua Portuguesa, Aurélio, 1977, p. 237) significa dizer o estado em que nasceu esse sujeito, que é do Sul. Significa, ainda, inserir esse sujeito na história desse estado e, conseqüentemente, já lhe dar uma história – a do Rio Grande do

² “*Rio-grandense-do-sul*”: Nomeação apresentada nos três dicionários citados nesse trabalho.

Sul -, que, como já dissemos anteriormente, é diferente da do sujeito que nasce em São Paulo ou na Bahia ou no Pará, e que por isso significa diferente. Assim, conforme afirmação de Guimarães (p.21), *nomear* significa “distinguir”, colocar o político em funcionamento, já que coloca o sujeito gaúcho em relação com outro.

E se nomear é distinguir, o que significaria não nomear? Petri (2009)³ discute esta questão e aponta para o fato de que “não nomear também pode ser um modo de esconder a política”, como é o caso da língua falada enquanto regionalismo gaúcho. Acrescentaríamos, ainda, que, ao nomear o sujeito gaúcho de *rio-grandense-do-sul*, ao mesmo tempo em que se distingue esse sujeito de outros brasileiros, também se insere esse sujeito em uma história particular, soma esse sujeito a outro – a outro gaúcho, a outro rio-grandense-do-sul, que faz parte da região platina da América do Sul.

Assim, unificam-se sujeitos, porque ser gaúcho relaciona-se diretamente com o pertencer ao estado do Rio Grande do Sul, relaciona-se, então, com um modo de falar, com uma história. E também porque ser gaúcho é ser brasileiro, assim como o baiano, como o paraense. Destarte, ser gaúcho é ser diferente, mas também semelhante; é estar separado de (dos outros estados), mas também junto de. Portanto, quando o político intervém, parece se abrir uma possibilidade no processo de nomeação para que a heterogeneidade de sentidos passe a ser constitutiva.

Dessa maneira, revela-se ora um gaúcho que se distingue pelo nome, ora que se assemelha pelo nome. Por isso, nomear também significa inserir, assemelhar, parecer. E ser gaúcho é ser, por isso tudo, um sujeito múltiplo, representante do regional e do nacional: rio-grandense-do-sul e brasileiro. Na verdade, o movimento entre o nomear e o não nomear, quando se trata de sujeito e de língua, funcionam juntos, promovendo o funcionamento ideológico em diferentes instâncias, inclusive na produção do saber sobre eles.

Já a descrição, segundo Orlandi (1989, p. 113), é de “natureza contemplativa” e tem a “função de modular, no sucessivo, a representação de objetos simultâneos e justapostos no espaço”. É, por conseguinte, um “modo de enunciação que tem por especificidade colocar o interlocutor numa “certa” relação de interlocução que é a da sua perspectiva do espaço, na construção de uma cena (1989, p. 118)”. Além disso, a autora acrescenta que o efeito produzido pela descrição “é o da realidade do pensamento, da

³ “Reflexões acerca do funcionamento das noções de língua e de sujeito no *Dicionário de Regionalismos do Rio Grande do Sul*”, texto apresentado no II ENELIN, na UNIVAS, em Pouso Alegre- MG, em agosto de 2009.

objetividade da linguagem, da construção imaginária da realidade, da relação positiva entre as palavras e as coisas (1994, p. 55)”. A descrição ganhou essa característica, segundo Orlandi, no discurso naturalista dos séculos XVIII e XIX, passando a produzir o efeito da cientificidade da observação. Nessa época, então, os textos deixaram de ser lidos como documentos históricos e passaram a ser lidos como documentos científicos.

Dessa forma, ao observarmos o funcionamento discursivo da descrição no dicionário, podemos dizer que é essa ‘impressão de literalidade’, dada pela descrição um fator determinante no efeito de transparência, que caracteriza o texto dicionarístico, especialmente no que concerne aos verbetes, pois a descrição passa a confirmar a ‘aura’ do dicionário enquanto lugar de certeza e transparência das palavras. É a soma dessa literalidade da descrição à sua natureza “contemplativa” que produz o efeito de que há uma relação direta entre as palavras e as coisas. E, se isso ocorre, temos, então, o imaginário do lexicógrafo, do sujeito que assume a função autor, se realizando, no sujeito leitor.

Exemplos (sobre o verbete gaúcho) no *Vocabulário Sul Riograndense* (org. Walter Spalding), editado em 1964.

[...]afeito a todas as intempéries, **identificado com o cavalo**, que por assim dizer o completa”. (p.222) [...] a indumentária era a mais bizarra: chiripá flutuante, o pala que lhe cobria o desalinho da roupa, a bota de garrão de vaca ou de potro, lhe retouvava pés e pernas, deixando os dedos de fora, para melhor se adaptarem ao estribo [...] o incorrigível itinerante, já como que faz um alto para se incorporar à marcha triunfante do progresso. Edifica sua morada de improvisado material de construção.” (p.223)

As descrições que temos acima fazem parte de uma obra que, diferentemente do Minidicionário de Língua Portuguesa Aurélio, não está destinado a um leitor popular, de acordo com as imagens de leitor, propostas por Nunes (2003, p. 3), mas sim a um leitor “civilizado e culto”, haja vista que a obra é “a compilação coordenada dos mais valiosos vocabulários sul-rio-grandenses de autores consagrados”.

Nunes (2006, p. 2), ao classificar os dicionários populares em *sobre o povo, para o povo e do povo*, insere esses vocabulários regionalistas entre a primeira classificação – sobre o povo – e ressalta que “essas obras têm por objeto o povo brasileiro, mas que elas não são destinadas a um público amplo, restringindo-se a um segmento de especialistas que debatem a língua nacional.” Assim, no *Vocabulário Sul Riograndense*, em que se destinam cinco páginas para o verbete gaúcho, provavelmente, as imagens de leitor não são daqueles meros consulentes, que utilizam o dicionário para situações de urgência e necessidade, mas de leitores da cultura, da História, da Literatura regionalistas.

A partir dessas reflexões, questionamo-nos o seguinte: a nomeação e a descrição constituem-se, juntas, uma definição para os verbetes de um dicionário? Ou a definição de um sujeito gaúcho propriamente dito? A definição constitui-se num sentido outro, que emerge, a partir das nomeações e descrições? Teria o dicionário – após ter nomeado e descrito o *gaúcho*, mesmo que exaustivamente – o tão desejado controle dos sentidos que levarão o leitor a uma definição do que é ser gaúcho? Ou a definição se constitui como outros sentidos possíveis?

O que podemos dizer é que as nomeações e descrições aparecem juntas no texto dicionarístico como se uma viesse a complementar os sentidos propostos pela outra. A descrição está presente através das observações, da ‘contemplação’ realizada em relação ao sujeito gaúcho, a sua vida, aos seus costumes, enquanto a nomeação é perceptível (ou: se dá, se constitui) a partir de uma tentativa de unificação⁴ dos sentidos dados pela descrição. Dessa forma, o processo de produção de sentidos dá-se a partir do prevailecimento de um sentido sobre os demais. Mas isso não se dá de modo pacífico e naturalizado, originando-se no espaço de tensão, uma “tensão que existe em todo o processo de significação, onde se recuperam alguns sentidos e instauram-se outros, num movimento de constante reconfiguração (Petri, 2004, p.269-270.)”. Essa reconfiguração é dada pelo sujeito leitor (consulente do dicionário) a partir das descrições e das nomeações. Somam-se os sentidos dados nas descrições e nomeações, e nasce, então, um novo, dado pelo leitor, que passa então a definir o sujeito gaúcho como “x” ou “y”.

Sobre os prefácios: imagens de leitores e condições de produção

Para um olhar mais atento sobre os prefácios dos instrumentos lingüísticos que tomamos para análise, nos embasamos, também, na metodologia utilizada por Petri (2009) ao discutir as questões relativas ao prefaciamento dos dicionários. Para a autora, o prefácio constitui-se num texto com funcionamento bem específico, pois “ele vem antes, antecede, apresenta e representa a obra que vem na sequência. Nele está contido o que pode e o que não pode ser dito, bem como nele se revelam marcas da posição-sujeito que produz a obra como um todo.” E, ainda, continua: “inevitavelmente, funciona como um lugar de descrição e qualificação da obra que ali está sendo apresentada, revelando-se representativo do espaço mercadológico, seja para representar o capital (lingüístico)

⁴ Efeito de unicidade dos sentidos: ver tese Verli Petri, 2004, p. 270.

cultural, seja para representar o capital econômico” (p. 330). Seguindo esses pressupostos, passemos à reflexão dos recortes abaixo:

No prefácio do *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, 1975, assinado por A. B. de H. F.:

O título: “Prefácio”

No texto:

“*Um pouco de paciência: procuraremos ser objetivo e sintético; daremos informações, sem divagações*”

“*Pretendeu-se fazer um dicionário médio, ou inframédio, etimológico, com razoável contingente vocabular (...) atualizado (...), atento não só a língua dos escritores (...), senão a língua dos jornais e revistas, do teatro, do rádio e televisão, ao falar do povo, aos linguajares diversos- regionais, jocosos, depreciativos, profissionais, gíriescos...(...) Entre os autores, dos mais desvairados gêneros, figuram (...) os cronistas, por se mostrarem(...) bons espelhos da língua viva.(...) Nem foi esquecida outra classe de autores: a dos letristas de sambas, marchas, canções.(...) Injusto seria deixar de recorrer aos comentaristas políticos, econômicos etc., aos repórteres, aos noticiaristas.*”

“*Adotou-se, aqui, em relação à fraseologia, o critério (...)*”

Quadro 1: Recorte do prefácio do *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, 1975.

Ao observarmos o texto (Quadro 1), notemos que esse justifica a adjetivação trazida no nome do dicionário -“Novo” -, pois está atualizado e atento a várias línguas (dos jornais, da música, da crônica, etc.) numa tentativa de recuperar/retratar o todo da Língua Portuguesa falada, escrita, cantada em todo o país: a busca de um efeito de completude que chegue até o leitor falante dessa língua. Notemos, ainda, que o dicionarista ressalta que não é apenas a ‘língua dos escritores’ que caracteriza a obra. Para isso, cita uma possibilidade de línguas faladas no país, inclusive a língua falada pelo povo. Pois nessa época, sabemos, o povo já podia ter voz, o contexto de uma ditadura explícita já não figurava mais tão forte. Pode-se, então, falar em linguajares jocosos e depreciativos, bem como conceber como língua a dos autores dos mais “desvairados” gêneros.

O que vimos é um dicionarista que reconhece as inúmeras línguas do país. No entanto, prestemos atenção, pois ele se inscreve entre aqueles que conservam certa tradição clássica, voltada para os padrões da ciência: utiliza-se de verbos que apontam para a impessoalidade do sujeito que escreve (procuraremos, adotou-se, pretendeu-se), ou seja, um aparente distanciamento do sujeito em relação ao seu trabalho, o que vem a

caracterizar o texto nos padrões do que é científico, e legitima o trabalho realizado enquanto resultado de pesquisa. Afinal, busca-se, nessa obra, “dar informações” de modo “objetivo” e “sintético”, sem se perder em “divagações”.

No prefácio do *Minidicionário de LP*, de 1977, assinado por A. B. de H. F.:

O título: “CONVÉM LER”

No texto:

“Claro que não se vai esperar, num dicionário de bolso, uma grande batelada de palavras; não caberiam no bolso. (...) É o bastante para a natureza e destino da obra.”

“Muitas vezes, resolvi agrupar os vocábulos (...) Levou-me a isso, antes de tudo, a preocupação com a economia de espaço”

“Este é um livro despretensioso, mas feito com a melhor esperança de que preste *bons serviços* àqueles a quem se destina”

Quadro 2: Recorte do prefácio do *Minidicionário de Língua Portuguesa*, 1977.

Passemos, agora, a observar esse segundo recorte (Quadro 2), do mesmo dicionarista dos fragmentos discutidos anteriormente. Notemos quanta diferença há de um texto para outro, de um discurso para outro, em textos assinados pelo mesmo nome. Com certeza, podemos dizer que temos um “mesmo nome” na autoria. Mas podemos dizer que se tem o mesmo sujeito do texto anterior? O que se pode afirmar, certamente, é que temos um sujeito que toma diferentes posições: é a manifestação do sujeito em outra história e escrevendo para outros leitores. O título do prefácio, “convém ler”, já sugere uma imagem de leitor apressado, que provavelmente não lerá o texto, por isso o dicionarista acrescenta que é conveniente ler, o que difere de ser necessário ler. Essa diferença é explicitada já no início do texto, quando o autor começa justificando o tamanho da obra (25 mil verbetes) ⁵, na busca de descartar, no leitor, a expectativa de algo maior.

Além disso, diferentemente do texto do prefácio anterior, o sujeito dicionarista fala por si mesmo, utilizando-se de verbos em primeira pessoa (resolvi, levou-me), enquanto decide o que é suficiente para o leitor. Isso, ocorre, acreditamos, não só por

⁵ Já o *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, 1975, teria um “razoável contingente vocabular (bem mais que **cem mil** verbetes)”, conforme informado no prefácio da obra. Dessa forma, constariam no *Minidicionário de LP* apenas 25% do número de verbetes dessa obra.

uma questão de contenção de espaço, comum aos dicionários “de bolso”, conforme afirma o próprio dicionarista, mas porque, sabemos, esse sujeito já tinha um nome consagrado entre os dicionaristas brasileiros, o que lhe permitia ‘falar’ em seu próprio nome, e dessa forma, garantir a legitimidade do trabalho realizado na produção da obra.

Vale lembrar que nessa época já havia ocorrido um processo metonímico que autorizava se falar em “Dicionário Aurélio”, bem como é referida a obra até os dias de hoje. O autor, dessa forma, desfruta dessa autoridade que lhe é garantida para assegurar o sucesso da obra (espaço mercadológico) e, também, para evitar um provável descontentamento com o número de verbetes selecionados. Afinal, Aurélio Buarque de Holanda Ferreira afirmou que o que contém esse ‘livro despretensioso’ é suficiente ao leitor. Desse modo, o que temos nesses excertos é a imagem de um leitor escolar ou trabalhador (provavelmente operário) que costuma fazer uso de vocabulário reduzido, econômico, e que para esses, vinte e cinco mil verbetes são o bastante.

No prefácio do Vocabulário Sul-Rio-Grandense, de 1964, assinado pelos editores:

O título: “PREFÁCIO”

No texto:

*“**Para pesquisadores de um substrato lingüístico** ou da realidade atual dos usos regionais, uma obra que reúna contribuições de diversos vocabulários dessa região, é indispensável para consulta.”*

*“**Reunidos os trabalhos** já publicados (...) **surge** agora este vocabulário único, rico de interpretações e completado pela coleta múltipla de termos usados no Rio Grande do Sul”*

*“desde os primeiros estudos e esforços para recolher e reunir em uma publicação os vocábulos regionais, **tem-se observado** (...)”*

*“Para ser publicado êste vocabulário, **processou a Editora** a concatenação das obras parceladas que o compõem. **Foi unificada a ortografia** (...)”*

*“o acesso facilitado a todos **os que querem penetrar e compreender** os usos lingüísticos do Rio Grande do Sul.”*

Quadro 3: Recorte do prefácio do *Vocabulário Sul-Rio-Grandense*, 1964.

No texto desse prefácio (Quadro 3), como já dissemos anteriormente, temos a justificativa de uma obra voltada para pesquisadores, prováveis interessados na cultura gaúcha; não para aqueles que desejam fazer uma consulta breve, talvez, mas,

configurado para “*os que querem penetrar e compreender os usos lingüísticos do Rio Grande do Sul*”, para com isso adentrarem a língua e a literatura regionais.

Para isso, a fim de se ressaltar a seriedade da obra que se constitui na compilação do trabalho de diversos autores, ainda se fala em nome da Editora Globo, empresa com boa atuação mercadológica, o que favorece e garante a comercialização do produto. Nesses fragmentos também observamos certa impessoalidade no discurso editorial, o que se justifica nas formas verbais utilizadas, como também na assinatura do prefácio (Os editores), já que não sabemos quem são os editores, apenas que são da editora Globo. Temos, nesse caso, um contexto muito diferente dos que envolviam a produção das duas obras anteriores, pois, para serem publicados, os textos sofreram uma unificação na ortografia, foram reunidas diferentes vozes. O que se deseja é a compilação de obras que estavam fadadas ao desaparecimento, isso promove também uma espécie de homogeneização dos saberes, o apagamento e o silenciamento das outras formas, das outras histórias, mas isso é parte de todo o processo.

Considerações finais

Vimos, nessa breve reflexão, o quanto esses instrumentos linguísticos carregam da história das línguas, das ideologias, dos sujeitos brasileiros e/ou gaúchos, mesmo quando ainda nos detemos apenas em uma análise de três objetos discursivos e nos restringimos aos prefácios. Bem como vimos que, emergem no discurso, as tomadas de posições dos sujeitos e os imaginários que regulam as relações entre dicionaristas e leitores dos dicionários.

Constatamos, ainda, que as relações entre nomeações e descrições fazem nascer uma outra possibilidade de dizer o sujeito que é brasileiro e que é ‘gaúcho’, uma possibilidade que, talvez, até deslize dos sentidos postos pelo/no dicionário, ao ser redito pelo leitor, porque quem o lê tem uma outra história. E essa história incide sobre a produção dos sentidos; possibilita e instaura um novo sentido, que, afinal, sempre pode ser outro.

Referências bibliográficas

AUROUX, Sylvain. **A revolução tecnológica da gramatização**. Tradução: Eni Pulcinelli Orlandi. Campinas. SP: Unicamp, 1992.

____. Listas de palavras, dicionários e enciclopédias. O que nos ensinam os enciclopedistas sobre a natureza dos instrumentos linguísticos. **Línguas e instrumentos Lingüísticos**; n° 20. Universidade Estadual de Campinas, SP: Pontes; 2008.

GUIMARÃES, Eduardo. A marca do nome. **Revista Rua**. Campinas-SP: UNICAMP, Vol. 1, p.19-32, 2003.

NUNES, José Horta. Prefácios de dicionários: as imagens do leitor. **Trabalhos em Análise de Discurso**. São José do Rio Preto, v. 1, 2003, p.03-11.

____. **Dicionários no Brasil**: análise e história do século XVI ao XIX. Campinas, SP: Pontes; 2006.

____. Sobre a noção de Dicionário Popular. In: Estudos Lingüísticos XXXV. 2006, p. 1028-1032.

ORLANDI, Eni Pulcinelli; GUIMARÃES, Eduardo; TARALLO, Fernando. **Vozes e Contrastes**: discurso na cidade e no campo. São Paulo: Cortez, 1989.

____. A natureza e os dados. **Cadernos de Estudos Lingüísticos**. Campinas: Unicamp, n° 27; jul./dez 1994.

____. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. Campinas, SP: Pontes, 3ª edição; 2007.

PETRI, Verli. **Imaginário sobre o gaúcho no discurso literário**: da representação do mito em Contos Gauchescos, de João Simões Lopes Neto, à desmitificação em Porteira Fechada, de Cyro Martins. Tese de Doutorado. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

____. Sobre a disciplinarização da Literatura Regionalista Gaúcha: um pouco de história das idéias. In: **Fragmentum: Literatura Regionalista Gaúcha na História das Idéias Linguísticas**. N. 15. Laboratório Corpus: UFSM; 2008.

____. A emergência da ideologia, da história e das condições de produção no prefaciamento dos dicionários. In: INDURSKY, F.; FERREIRA, M. C. L.; MITTMANN, S. **O discurso na contemporaneidade**: materialidades e fronteiras. São Carlos: Claraluz, 2009, p. 329-336.

Dicionários utilizados como objetos de análise:

Novo Dicionário da Língua Portuguesa, Rio de Janeiro, RJ: Nova Fronteira, 1ª ed.; 1975.

____. **Minidicionário de Língua Portuguesa**; FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda, Rio de Janeiro, RJ: Nova Fronteira, 1977.

Vocabulário Sul-Rio-Grandense; Rio de Janeiro, Porto Alegre, São Paulo; Ed. Globo, 1964.